

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO EM MEIOS A DESAFIOS E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

Daniela Santos Landim Silva (1); Deborah Gonçalves Silva (2).

(Unidade Escolar Professor José Leandro Deusdará, e-mail: danielalandim.bio@gmail.com; Universidade Federal do Pará – UFPA, e-mail: gmdeborah@gmail.com)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral conhecer as políticas públicas na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, especialmente no que refere aos desafios e propostas pedagógicas. Nos fatos históricos da Educação brasileira, foram muitos os avanços na busca pela igualdade social, na qual foi se construindo uma nação marcada de grandes desigualdades sociais. Isto se deu a partir da chegada dos portugueses no território brasileiro, provocando mudanças na cultura e na educação dos povos que já o habitavam. A educação Profissional e Tecnológica no Brasil desempenha um grande papel na formação da classe trabalhadora, diante de grandes riquezas que a própria mão de obra brasileira pode obter, através de seus esforços e além de suas lutas de classe, por melhorias na educação. Para isto, tornou-se necessário uma pesquisa por meio de estudos bibliográficos já publicados, assim como, através da observação da realidade escolar realizada durante um ano e meio de magistério nesta modalidade de ensino, a partir de uma abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada em uma escola estadual do Piauí, localizada na cidade de São Raimundo Nonato, aqui chamada de escola A, na qual oferta o Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante. Assim, com o surgimento da integração dessas duas modalidades de ensino o aluno já sai do Ensino Médio com uma qualificação profissional, além da formação moral e social para o exercício da cidadania. Atualmente, com a reforma do ensino médio, a oferta de uma educação profissionalizante associada à educação básica a nível de ensino médio, deve-se principalmente para atender a uma demanda do mercado de trabalho que busca por profissionais qualificados. Porém, diante de tantos desafios e problemas que permeiam tal proposta, é possível garantir formação de qualidade aos jovens do país? Procuramos refletir sobre essas questões no decorrer deste trabalho.

Palavras-chave: Ensino profissionalizante, Formação, Dificuldades.

1 INTRODUÇÃO

A Educação profissionalizante no Estado Brasileiro é, atualmente, uma das áreas que mais se investe no país, que ao longo de seu processo histórico foi conquistando espaço no mercado de trabalho. Educação esta que os governantes estão investindo e valorizando cada vez mais, com o discurso de que os jovens e adolescentes devem concluir o Ensino Médio também com uma formação técnica que o torne pronto para o mercado de trabalho.

Enquanto o outro lado da formação desses jovens fica negado por certas propostas de ensino. Temos, como exemplo, o novo programa de ensino chamado de *MédioTec* que é um programa destinado a formação de jovens para uma profissão, além das novas reformas do Ensino Médio, na qual o aluno escolherá o que estudar, direcionando os seus estudos para uma formação para o trabalho. O Ensino Técnico de Nível Médio surgiu com a finalidade de finalizar o chamado dualismo, na qual existia o Ensino Médio,

que era destinado mais para os filhos da elite, pois tinham que ter um ensino Superior e o Ensino Técnico destinado para os filhos de pais mais pobres, que precisavam trabalhar para sustentar sua família. Assim, com a integração dessas duas modalidades os alunos ampliam as oportunidades, pois ao terminar o curso, também pôde escolher continuar os seus estudos.

Dessa forma, esta modalidade de ensino foi marcada ao longo de seu processo histórico por diversas lutas de classes, contra as desigualdades sociais e pelo direito de acesso a educação.

Por outro lado, o Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissional forma jovens para o mercado de trabalho, além de formar para a vida, pois mesmo devido ter ao longo de todo o processo de formação, muitas dificuldades tanto para os alunos, professores e gestores, que tentam de qualquer forma superar os desafios existem, como a falta de recursos didáticos, estrutura insuficiente e inadequada, falta de laboratórios, além da desvalorização dos docentes.

Dentro desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral conhecer as políticas públicas voltadas para a educação profissional integrada ao ensino médio: em meio a reformas, desafios e propostas pedagógicas. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida por meio de estudos bibliográficos já publicados, assim como através da observação da realidade escolar realizada durante um ano e meio de magistério nesta modalidade de ensino, com uma abordagem qualitativa que, segundo Prodanov e Freitas (2013).

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

As observações foram realizadas em uma escola pública do Estado do Piauí, localizada no município de São Raimundo Nonato, aqui chamada de escola A. Na qual oferta a modalidade de Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissionalizante, que hoje é um dos temas mais discutidos da atualidade e que desempenha um grande papel de formador de pessoas capacitadas para o mercado de trabalho. A abordagem desse estudo consiste inicialmente em apresentar os fatos marcantes ao longo da história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, em seguida é apresentado o Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante, e, mas adiante é discutida a realidade escolar em meios aos desafios pedagógicos que é enfrentado por todos os envolvidos no processo de ensino, e por fim se faz

uma breve e suscita considerações para o momento, deixando nova discussão do tema para futuras pesquisas.

2 O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Nos fatos históricos da Educação brasileira, foram muitos os avanços na busca pela igualdade social, na qual foi se construindo uma nação marcada de grandes desigualdades sociais. Isto se deu a partir da chegada dos portugueses no território brasileiro, provocando mudanças na cultura e na educação dos povos que já o habitavam. Contudo, os portugueses traziam em suas embarcações escravos que serviam como mão de obra, assim como também exploravam os povos indígenas, na busca por maior poder social e exploração das riquezas.

A educação no Brasil está marcada por diversos sistemas educacionais trazidos de outros países o primeiro a ser implantado, foi com a chegada dos jesuítas de Portugal, para alfabetizar os filhos das classes sociais alta, por meio dos ensinamentos da Igreja Católica, que de início só os filhos dos senhores, no período Feudal, que eram alfabetizados, e já os filhos das classes sociais baixas eram destinados apenas à mão de obra.

foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, os quais traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas, até durante a noite, pelas ruas ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir. O desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado com a proibição da existência de fábricas em 1785 (BRASIL, 2009, p. 1).

Estes acontecimentos abriram novos campos para a mão de obra qualificada para determinadas funções, até que no ano de 1800, abriram-se as casas “escolas” que eram destinadas as classes sociais menos privilegiadas. “As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros” (BRASIL, 2009, p. 1).

Visto que aprender um ofício era destinado aos chamados excluídos da sociedade, pois são eles que têm que trabalharem nestes tipos de serviços. Logo depois em 1808, quando a família real portuguesa chega, abre-se o primeiro Colégio das Fabricas, destinados aos artistas e aprendizes vindo de Portugal (GARCIA, 2000 In. BRASIL, 2009).

Diante disso a sociedade menos favorecida (órfãos, desvalidos e pobres) era destinada para aprender um ofício, no entanto não aceitavam isto, em vista que os povos brancos e os ricos sejam favorecidos em sua formação, e isto se perdurou por muitos anos depois, dando origem ao modelo educacional. Contudo ocorreram muitos avanços, “Assim, para Suckow da Fonseca, o reinado de D. João VI serve de marco positivo na história do ensino industrial, dadas as ações de fomento à indústria e direta e indiretamente ao desenvolvimento do ensino de ofícios” (RODRIGUES, 2012, p.53).

Em 1889, após a abolição dos escravos, houve um grande crescimento industrial no país, mas foi somente em 1909 que se deu o grande passo para o ensino técnico no Brasil, segundo Brasil (2009).

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época), Nilo Peçanha iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola (BRASIL, 2009, p. 2).

Bem como pode se perceber que nos fios histórico da Educação Profissionalizante, surge em meios à necessidade de suprir a falta de pessoas qualificadas para diversas áreas que até então não existiam, mas o grande marco industrial aconteceu somente após a primeira Guerra Mundial, onde surge a necessidade da exportação dos produtos, que segundo Garcia (2000) foi,

quando o Brasil, até então, mandava vir do estrangeiro todos os produtos industriais de que precisava. Com as dificuldades de importação viram-se os brasileiros forçados a instalar no país grande número de indústrias. Mais operários significava maior necessidade de ensino profissional, não só em quantidade como também em qualidade (GARCIA, 2000, p. 6).

Além disso, trouxe o crescimento e aumentou a importância pela busca de qualidade nos trabalhos, deixando de ser mecanicistas. Em 1909 foi criado o decreto nº 7.566, que garantia do ensino profissional primário e gratuito, para as classes proletárias, com o intuito de facilitar nas lutas de existências, por meio da criação das Escolas de Aprendizes Artífices (PEÇANHA; RODRIGUES, 1909). Alguns autores defendem que este foi o ponto de partida para a educação profissional se expandir.

Tornando o processo industrial mais rápido e especializado, e tornando assim o indivíduo que antes era visto como inútil e desprezado, visível para a sociedade, dessa forma “em 1927 o Congresso Nacional sancionou o projeto de lei que

previa a obrigatoriedade da oferta de ensino profissional no País. Sete anos depois, foi promulgada a Constituição de 1934” (SILVA; PEIXOTO FILHO; GODINHO, 2016, p.5). Foi a partir daí que surge à obrigatoriedade do ensino técnico e gratuito, sem dúvida consistiu em uma grande conquista para a educação.

De fato a educação Profissional e Tecnológica no Brasil, desempenha um grande papel na formação das classes trabalhadora, diante de grandes riquezas que a própria mão e obra brasileira podem obter, através de seus esforços e além de suas lutas de classes, por melhorias na educação. Entretanto foram muitas as Reformas do ensino, na busca por melhoria na educação, e diversos decretos foram analisados, estudados e aprovados, constituindo as chamadas Leis Orgânicas do Ensino. “Em 13 de janeiro de **1937**, foi assinada a Lei 378 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em **Liceus Profissionais**, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus” (BRASIL, 2009, p. 4, grifo do autor).

Posteriormente em 1942, abriu-se um novo leque, a partir da chamada reforma Capanema, na qual reformula o Ensino Médio que busca como objetivo de capacitar os alunos para o Ensino superior e já o Ensino Profissionalizante não habilitava para o ingresso no Ensino Superior, tornando o de nível médio (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2017). Com este sistema de Ensino, abre duas vertentes, na qual somente os filhos dos mais ricos seriam destinados para o Ensino Superior e a classe dos “miseráveis”, ao optarem por aprender uma profissão, não teriam direito de seguir os estudos. De acordo com Vieira e Souza Junior (2017)

Em 1942, também, surgiu o chamado Sistema S4, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), impulsionando o atendimento em educação profissional (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2017, p. 157).

Dessa forma estes Sistemas S4, avançam na capacitação de pessoas, que possam suprir as necessidades e as demandas no mercado de trabalho, com capacitações rápidas e com menores custos, e com pouco tempo. E já em 1959, mesmo com as dificuldades que o Estado enfrentava, um novo passo foi dado, na qual as instituições da época que representavam a rede federal foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, sendo como referência ao ensino, mas após meio século depois, a partir da criação da Lei 11. 892, de 29 de novembro de 2008 que surgiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica, ligada ao Ministério da Educação (FERNANDES, 2009).

No entanto, anteriormente em 1996 foi aprovada a segunda LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a Lei nº 9.394, na qual apresenta um capítulo para a Educação profissionalizante separada da Educação Básica e logo em seguida em 2004 foi aprovado o Decreto nº 5.154 que traz um marco importantíssimo para a educação, na qual surge o Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissionalizante (BRASIL, 2009).

Como resultado traz um grande avanço para as indústrias, que estavam precisando de pessoas capacitadas como técnicos para maior eficiência nas demandas resultantes dos processos de industriais que se iniciou após a segunda Guerra Mundial e chega com grande força no século XXI.

Deste modo, como pode ser observado ao longo da História da Educação Profissional, ficou marcado pelas divisões de classes sociais, conforme Kuenzer (2006) afirma que,

o caso específico das políticas de Educação Profissional, exclusão passou a designar desempregados e populações em situação de risco social. Em todos os textos analisados, a inclusão social, como objetivo das políticas públicas de Educação Profissional, está presente, o que determina a necessidade de **precisar** (KUENZER, p. 881, 2006, grifo nosso).

Assim sendo o precisar, ainda existe ao longo do processo de escolarização, pois os últimos governos brasileiros estão investido em diversos programas como (Pronatec - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o Médiotec) de capacitação de jovem para o mercado de trabalho, trazendo assim a visão do Taylorismo e do Capitalismo, com o discurso que a classe menos favorecidas “precisa”. Uma vez que os filhos de pobres precisa ter um ofício e os filhos de ricos precisa ter uma formação superior, perdurando ainda infelizmente a divisões de classes. Adiante discutiremos sobre a Educação profissional técnica de nível médio, assim como os seus desafios existentes para o seu desenvolvimento.

3- ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONALIZANTE

Ao se tratar de trabalho dentro de uma sociedade de seres humanos, na qual até chegar a todas estas conquistas resultantes do processo de globalização isto somente se deu a partir de um longo processo evolutivo da espécie *Homo sapiens*,

contudo segundo Saviani (2003, p.137) “na sociedade capitalista, a ciência é incorporada ao trabalho produtivo, convertendo-se em potência material. O conhecimento se converte em força produtiva e, portanto, em meio de produção”.

Dessa forma quando a escola consegue converter todo o conhecimento em força produtiva o mais cedo possível a sociedade capitalista ganhará, por meio do aumento de produção, e os jovens mais cedo estarão inclusos no mercado de trabalho. Devido a isto, os governos brasileiros passaram a investir cada vez mais na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. De acordo com o decreto nº 5.154 de julho de 2004,

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno (BRASIL, 2004, p.1).

Dessa forma o aluno já sai do ensino médio com uma qualificação profissional, além da formação moral e social. Com isto pretende se atender as necessidades do mercado o mais rápido possível, formando pessoas técnicas que sejam capazes de exercer a sua profissão e atender todas as exigências do mercado. Por outro lado na Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, “§1º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio possibilita a avaliação, o reconhecimento e a certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” (BRASIL, 2012, p. 1). Assim o estudante além de ter uma qualificação profissional, terá o direito de continuar os seus estudos no Ensino Superior, escolhendo a mesma área ou até mesmo optando por outras, dando diversos leques de oportunidades.

Os currículos da Educação profissional técnica de nível médio, procuram abordar os eixos tecnológicos que são escolhidos com base em cada região, com a finalidade e abranger os potenciais que cada região possui e formar pessoas qualificadas. De acordo com a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2012)

§ 2º Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas às normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012, p.1).

Portanto, os eixos tecnológicos ofertados em pequenas regiões como no Nordeste do país são os que apresentam maior necessidade e que possa fazer com que o aluno já saia pronto para o mercado de trabalho. Um exemplo é a região que pertence ao Território Serra da Capivara, localizada a cidade de São Raimundo Nonato no Estado de Piauí, são ofertados os eixos tecnológicos Ambiente, Saúde e Segurança: Meio Ambiente, Gestão e Negócio, Informação e Comunicação, Hospitalidade e Lazer. Dessa forma abordam todas as áreas de potencialidades do município, trazendo assim mais oportunidades para os jovens.

É dentro desse contexto da realidade do ensino médio integrado ao técnico profissionalizante, que abordaremos não só o lado positivo e os ótimos objetivos que esta modalidade de ensino traz, para a vida dos adolescentes. Mas os desafios pedagógicos que os gestores, professores e alunos enfrentam para tentar alcançar uma educação de qualidade.

3.1 Visões da realidade escolar: em meios a desafios pedagógicos

Ainda que o Governo brasileiro tente, afirmar que o Ensino Técnico é a salvação de todos os jovens de hoje, buscando a valorização da sociedade capitalista. Não apresenta o outro lado, que os educadores dessa modalidade de ensino tentam transformar. Como a busca pela formação de jovens com pensamentos críticos capazes de seguir a vida em outros setores que não seja somente a profissão técnica.

E que tenham a oportunidade de alcançar o Ensino Superior, contradizendo assim a visão dualista que para Ciavatta e Ramos (2011).

O caso do ensino médio e da educação profissional, essa visão dual ou fragmentada expressa-se, historicamente, desde a Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na separação entre a educação geral, como preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.28)

De fato esta visão de desigualdades sociais está cada vez mais visível em pleno século XXI, que se as escolas que ofertam esta modalidade de ensino não tentarem reverter este quadro, certamente piorará, mas isto vai depender de uma gestão eficaz, capacitada e interessada nas melhorias do ensino.

Dessa forma pegaremos como exemplo uma escola da rede estadual de ensino do estado do Piauí, no município de São Raimundo Nonato, aqui será chamada de escola A, na qual é uma escola que oferta o ensino médio integrado a educação profissionalizante desde o ano de 2007, é uma escola exemplo da região.

Os desafios pedagógicos são enormes, pois apresenta as deficiências da educação básica e a da educação profissional. Os professores das disciplinas da base curricular se deparam com uma carga horária reduzida, não suprimindo a necessidade do tamanho dos conteúdos exigidos para capacitar um aluno para uma prova como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), disciplinas como Biologia, Geografia, Química, Física apresentam no 3º ano apenas uma aula de 45 min por semana. A Língua portuguesa e a Matemática também são reduzidas a sua carga horária. Mesmo que os docentes façam milagres eles não conseguiram chegar a ver todos os conteúdos exigidos.

Dessa forma se faz necessário que o aluno procure complementar a sua capacitação, com outros cursinhos preparatórios extraclases, assim como estudar em casa por diversos meios, caso ele pretenda entrar em um ensino Superior. Um outro desafio é a falta de material didáticos básico como o livro didáticos, tanto para as disciplinas específicas dos cursos técnicos, quanto para as disciplinas da educação básica, pois o estado não disponibiliza a quantidade de livros exatos para a quantidade de alunos matriculados.

Além disso, nas disciplinas específicas dos cursos técnicos por falta de livros didáticos os alunos são obrigados a comprar apostilas para poder ter acesso aos conteúdos. Por outro lado os professores que trabalham com as disciplinas técnicas não possuem em sua maioria licenciatura, geralmente são bacharéis ou técnicos. Apresentando grandes dificuldades em questões pedagógicas como no desempenho de uma didática com base na realidade dos alunos de hoje.

Devido a isso muitos alunos reclamam das aulas tradicionais, e devido à carga horária das disciplinas específica serem maiores que as da educação básica os alunos terá mais tempo com estes professores, necessitando assim de maior capacitação desses profissionais, capacitação esta que não é ofertada pelo Estado. Contudo esses professores enfrentam o desafio de serem lotados com diferentes disciplinas, exigindo maiores preparos para cada um, pois são sobrecarregados de mais trabalhos.

Dessa forma, os professores são mais desgastados e por um salário precário, pois os professores que estão lotados nestas modalidades de ensino são professores substitutos, na qual o Estado do Piauí, paga uma salário mínimo. Com isto deixa os educadores cada vez mais sem incentivo e totalmente desestimulados para a docência. Isto é indignante para um país que diz ser uma pátria educadora, assim ficando a pergunta para que estudar uma licenciatura se você vai ganhar menos que uma pessoa que só tem o ensino fundamental? Na qual este deveria ser o curso mais valorizado do país, já que é o

responsável por formar todos os profissionais. Dentro dessa perceptiva para Cainelli (2016).

A dinâmica desestabilizante na contemporaneidade, proveniente da flexibilização e provisoriidade dos contratos de trabalho e das legislações sociais e trabalhistas, reflete-se na organização escolar, e na pressão sofrida pelos professores, que, no caso do contrato temporário, podem levar o sentimento de descarte, insegurança, baixa estima, desmotivação, tristeza e desvalorização (CAINELLI, 2016, p. 28).

Por sua vez, que se procura alcançar uma educação de qualidade em meios a total desvalorização dos profissionais da educação, contratando professores por tempo determinado e com um salário baixo, sendo que hoje os servidores públicos da educação a sua maioria é composta de contratados, simplesmente porque são sujeitos a serem “escravos”, por ser uma mão de obra barata.

Por outro lado, em termos de condições de trabalho, são poucas no ensino profissionalizante, pois não possui laboratórios especializados para cada eixo tecnológico, por exemplos um curso de Técnico em informática composto por aproximadamente 40 alunos. Como trabalhar em uma sala com apenas 15 computadores? Como formar um Técnico em Enfermagem sem laboratórios? Aqui ficam estas indagações, sobre as nossas escolas brasileiras e principalmente as localizadas nas periferias do País.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto de ensino, em meio a várias lutas de classes, que diversas conquistas foram alcançadas depois de muitos anos. Tudo isto pela busca e superação das desigualdades sociais, mas que infelizmente ainda existem grandes vestígios que se respinga no país. Na qual as escolas técnicas tentam não ser dualistas, na defesa apenas da formação técnica, e que os filhos da classe média e baixa aprenda apenas um ofício, mas que busque ir além de suas possibilidades, buscando cada vez mais conhecimento e capacitação profissional de qualidade.

E que se tornem pessoas críticas, diante de um país que tenta cada vez mais vender a sociedade diante da realidade em que se vive. A educação profissional de nível médio traz diversas possibilidades, mas a peneira como em qualquer ensino, só fica os melhores. Isto devido driblarem um ensino em meio a tantos desafios, porém o ensino seja ainda o único meio de melhorias, e que os menos favorecidos tenham um futuro.

Enquanto os docentes dessa modalidade de ensino deixam as dificuldades de lado, por uma educação melhor, e que a cada dia, mesmo diante de tanta

desvalorização profissional, e a falta de estrutura e recursos didáticos. Dessa forma será formado um sujeito que futuramente busque a diferença e construa a sua própria história, mesmo diante de governos que lembram somente dos ricos. Assim fica em aberto para novas pesquisas e estudos futuro, sobre a importância e o desenvolvimento da educação profissional de nível médio em nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004**, 183º da Independência e 116º da República. Brasília: Planalto, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL, Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 28 fev. 2017.

CAINELLI, Clivia Martins de Oliveira. **Professores contratados por tempo determinado: sentimentos de um inquilinato docente**. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1261/2/Clivia%20Martins%20de%20Oliveira%20Cainelli.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. Revista **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/45/42>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

FERNANDES, Francisco das Chagas Mariz. Gestão dos Institutos Federais: O Desafio do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **HOLOS**, [S.l.], v. 2, p. 3-9, out. 2009. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/267/187>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. **Núcleo de Estudos da UFMG. Belo Horizonte: Unisinos**, n. 2, p. 01-18, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_09_02.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de

inclusão. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 877-910, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n96/a12v2796.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017.

PEÇANHA, Nilo; RODRIGUES, Candido. Decreto n. 7566, 23 set. 1909, RJ. 1909. PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116790>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2 [4], p. 47-74, 2012. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/246/253>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

SAVIANI, Demerval. O choque teórico da politecnia. **Revista Trabalho, educação e saúde**, 1(1): 131-152, 2013. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SILVA, Cleverson Ramom Carvalho; PEIXOTO FILHO, José Pereira; GODINHO, Ana Claudia Ferreira. Rede federal de educação profissional e tecnológica: origem e contextos atuais. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHO, RELAÇÃO E IDENTIDADE. 6. 2016, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Minas Gerais: FAE. Disponível em: <http://www.sitre.cefetmg.br/arquivos/Anais/GT-10/sitreGT10i137_-_REDE_FEDERAL_DE_EDUCAxO_PROFISSIONAL_E_TECNOLxGICA_ORIGEM_E_CONTEXTOS_ATUAIS.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; DE SOUZA JUNIOR, Antonio. A educação profissional no Brasil. **Interacções**, v. 12, n. 40, 2017. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>>. Acesso em: 26 fev. 2017.